



Serviço Público Federal
Ministério da Educação
Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul



UNIVERSIDADE DE MATO GROSSO DO SUL - UFMS
CAMPUS DE PARANAÍBA
CURSO DE PSICOLOGIA

ANGELA SIBILLO ALVES MARTINS

COMUNIDADES TERAPÊUTICAS: INTERLOCUÇÕES
ENTRE O PASSADO E PRESENTE

Paranaíba - MS

2025

ANGELA SIBILLO ALVES MARTINS

**COMUNIDADES TERAPÊUTICAS: INTERLOCUÇÕES ENTRE O
PASSADO E PRESENTE**

Trabalho apresentado ao curso de Psicologia da
Universidade Federal de Mato Grosso do Sul –
Campus de Paranaíba, como requisito parcial
para obtenção do grau de Bacharel em
Psicologia.

Orientador: Prof. Dr. Cledione Jacinto de
Freitas

Paranaíba - MS

2025



ATA DE AVALIAÇÃO DE TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO
CURSO: PSICOLOGIA – BACHARELADO - CPAR/UFMS

A acadêmica **Angela Sibillo Alves Martins**, RGA: 202209030118, apresentou trabalho avaliativo da disciplina **Trabalho de Conclusão de Curso**, com o título "*Comunidades Terapêuticas: Interloquções entre o passado e o presente*" sob a orientação do Prof. Dr. Cledione Jacinto de Freitas, SIAPE: 2140592, como exigência para a conclusão do Curso de Psicologia - Bacharelado.

Conceito obtido: **APR - APROVADO**

Professor Orientador: Dr. Cledione Jacinto de Freitas

Paranaíba, MS, 11 de Novembro de 2025.

Dr. Cledione Jacinto de Freitas/UFMS/CPAR
Orientador

Dra. Camila Bellini Colussi Macedo/UFMS/CPAR
Membro

Dra. Luana Grasielle Luca/UFMS/CPAR
Membro

Observação:

Conceito de Avaliação:

APR – Aprovado

COND – Aprovação condicionada à reformulação

REP – Reprovado

NOTA
MÁXIMA
NO MEC

UFMS
É 10!!!



Documento assinado eletronicamente por **Camila Bellini Colussi Macedo, Professora do Magistério Superior**, em 11/11/2025, às 17:17, conforme horário oficial de Mato Grosso do Sul, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

NOTA
MÁXIMA
NO MEC

UFMS
É 10!!!



Documento assinado eletronicamente por **Cledione Jacinto de Freitas, Professor do Magisterio Superior**, em 11/11/2025, às 17:17, conforme horário oficial de Mato Grosso do Sul, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

NOTA
MÁXIMA
NO MEC

UFMS
É 10!!!



Documento assinado eletronicamente por **Luana Grasielle Luca, Professora do Magistério Superior**, em 11/11/2025, às 17:17, conforme horário oficial de Mato Grosso do Sul, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.ufms.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **6026767** e o código CRC **F8860710**.

CÂMPUS DE PARANAÍBA

Av. Pedro Pedrossian, 725 - Bairro Universitário

Fone: (67)3669-0105

CEP 79500-000 - Paranaíba - MS

Referência: Processo nº 23456.000461/2021-62

SEI nº 6026767

RESUMO

O presente trabalho investigou a história da reforma psiquiátrica e como a partir dela surgiu as comunidades terapêuticas, explorando o surgimento das comunidades terapêuticas desde sua origem até a vinda ao Brasil, fazendo interlocução com o passado e o presente. O objetivo do trabalho foi realizar um paralelo entre a comunidade terapêutica na Inglaterra e a prática atual no Brasil, tendo como método um estudo exploratório em conjunto com uma pesquisa bibliográfica. Chegando a resultados como violações dos direitos humanos, prática religiosa ativa dentro das instituições, em contraponto as instituições na Inglaterra, que não exerciam o uso de práticas religiosas como forma de tratamento, ainda na Inglaterra buscavam a participação ativa de seus usuários no planejamento e execução do tratamento, diferentemente das organizações no Brasil como o uso da laborterapia como forma de tratamento, privação dos meios de comunicação, isolamento social, modelo de poder vertical e financiamento por parte de igrejas e por órgãos federais, mesmo sendo instituições particulares. Conclui-se que a ideia inicial de Maxwell Jones de fazer com que o paciente fosse ativo em seu tratamento participando da formulação deste, de uma distribuição de poder horizontal entre pacientes e funcionários da instituição, da participação ativa de família e amigos dentro das comunidades, nenhum destes aspectos foram colocados em práticas quando chegaram ao Brasil, um dos fatores foi o fato do modelo utilizado ser de George de Leon, professor e pesquisador americano, sendo ele quem trouxe o modelo de comunidades terapêuticas para a comunidade científica e para o tratamento em dependência química, inspirando o uso desta abordagem.

Palavras-chave: Comunidades Terapêuticas; Reforma Psiquiátrica; Psicologia.

ABSTRACT

This study investigated the history of psychiatric reform and how therapeutic communities emerged from it. It explored the emergence of therapeutic communities from their origins to their arrival in Brazil, connecting past and present. The objective was to draw a parallel between the therapeutic community in England and its current practice here in Brazil. The method used was an exploratory study combined with a literature review. The findings included human rights violations and active religious practice within institutions. In contrast, institutions in England, which did not use religious practices as a form of treatment, sought active participation of their patients in the planning and implementation of treatment, unlike organizations in Brazil. The use of labor therapy as a form of treatment, deprivation of means of communication, social isolation, a model of vertical power, and funding from churches and federal agencies, despite being private institutions. It is concluded that Maxwell Jones' initial idea of making the patient active in their treatment by participating in its creation, of a horizontal distribution of power between patients and employees of the institution, of the active participation of family and friends within the communities, none of these aspects were put into practice when they arrived in Brazil, one of the factors was the fact that the model used was by George de Leon, an American professor and researcher, who brought the model of therapeutic communities to the scientific community and to the treatment of chemical dependency, inspiring the use of this approach.

Keywords: Therapeutic Communities; Psychiatric Reform; Therapeutic Community in Brazil; Maxwell Jones.

REFERÊNCIAS

ABREU, J. **Órgão identifica violações em 10 comunidades terapêuticas no DF e GO.** Jornal Metrópolis, 2025. Disponível em: <https://www.metropoles.com/distrito-federal/orgao-identifica-violacoes-em-10-comunidades-terapeuticas-no-df-e-go>. Acesso em 15 mar. 2025.

Associação Paulista Para O Desenvolvimento Da Medicina. **Pesquisador que inspirou o atual modelo de comunidades terapêuticas vem ao Brasil para conferência latino-americana.** 2017. Disponível em: <https://spdm.org.br/noticias/mais-noticias/pesquisador-que-inspirou-o-atual-modelo-de-comunidades-terapeuticas-vem-ao-brasil-para-conferencia-latino-americana/>. Acesso em: 20 nov. 2024.

BARCELOS, K. R. et al. A normatização de condutas realizadas pelas Comunidades Terapêuticas. **Saúde em Debate**, v. 45, p. 130–140, 24 maio 2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/sdeb/a/YFyHN3m5MQRrRsbhm7MKjpy/?lang=pt>. Acesso em: 23 set. 2024.

BARDI, G.; GARCIA, M. L. T. Comunidades terapêuticas religiosas: entre a salvação pela fé e a negação dos seus princípios. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 27, n. 4, p. 1557–1566, abr. 2022. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csc/a/VXFtJV983s9xjWsvfybPzg/?lang=pt>. Acesso em: 19 abr. 2025.

BASTOS, A. D. DE A.; ALBERTI, S. Do paradigma psicossocial à moral religiosa: questões éticas em saúde mental. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 26, n. 1, p. 285–295, jan. 2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csc/a/LynyH7jjsCCXDrqtzMjyLpG/?lang=pt>. Acesso em: 24 set. 2025.

BATISTA, P. **Comunidade terapêutica na política pública de saúde mental: tensões e divergências.** v. 9, n. 10, p. e1679108345–e1679108345, 21 set. 2020. Disponível em: <https://rsdjournal.org/index.php/rsd/article/view/8345>. Acesso em: 26 set. 2024

BRAGA, C. P. A perspectiva da desinstitucionalização: chaves de leitura para compreensão de uma política nacional de saúde mental alinhada à reforma psiquiátrica. **Saúde e Sociedade**, v. 28, n. 4, p. 198–213, dez. 2019. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/sausoc/a/pnKZnGdZWfWYm56pc8WcdVt/?lang=pt>. Acesso em: 23 set. 2024.

BRASIL. Aprova a Política Nacional sobre Drogas . DECRETO No 9.761, DE 11 DE ABRIL DE 2019 - DOU - **Imprensa Nacional.** Disponível em: <https://www.in.gov.br/web/dou/-/decreto-n-9-761-de-11-de-abril-de-2019-71137316>. Acesso em: 20 nov. 2025.

BRASIL. Lei nº 10.216, de 06 de abril de 2001. **Dispõe sobre a proteção e os direitos das pessoas portadoras de transtornos mentais e redireciona o modelo assistencial em saúde mental.** Diário Oficial [da] União, Brasília, DF, 9 abr. 2001. Disponível em: <https://legislacao.presidencia.gov.br/atos/?tipo=LEI&numero=10216&ano=2001&ato=b4foXWE5kMNpWT0b8>. Acesso em: 23 set. 2024

BRASIL. Ministério da Saúde. Portaria nº 3.088, de 23 de dezembro de 2011. **Institui a Rede**

de Atenção Psicossocial para pessoas com sofrimento ou transtorno mental e com necessidades decorrentes do uso de crack, álcool e outras drogas, no âmbito do Sistema Único de Saúde. Diário Oficial da União. 23 Dez 2011. Disponível em: https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2011/prt3088_23_12_2011_rep.html. Acesso em: 23 set. 2024.

BRASIL. Portaria nº 3.088, de 23 de dezembro de 2011. **Institui a Rede de Atenção Psicossocial para pessoas com sofrimento ou transtorno mental e com necessidades decorrentes do uso de crack, álcool e outras drogas, no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS).** Diário Oficial da União, Brasília, DF. Disponível em: [https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2011/prt3088_23_12_2011_rep.html#:~:text=P,ORTARIA%20N%C2%BA%203.088%2C%20DE%2023,%C3%9Anico%20de%20Sa%C3%BAde%20\(SUS\)](https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2011/prt3088_23_12_2011_rep.html#:~:text=P,ORTARIA%20N%C2%BA%203.088%2C%20DE%2023,%C3%9Anico%20de%20Sa%C3%BAde%20(SUS)). Acesso em: 20 nov. 2024.

CALSAVARA, V. J.; MARQUES, B.B. **A Reforma Psiquiátrica Brasileira e a Criação dos Centros de Atenção Psicossociais (CAPS).** v. 7, n. 1, p. 80–91, 1 jan. 2017. Disponível em: <https://bjfs.org/bjfs/bjfs/article/view/643>. Acesso em: 26 set. 2024.

CFP. **Relatório da Inspeção Nacional em Comunidades Terapêuticas.** Brasília: Conselho Federal de Psicologia, 2018. Disponível em: <https://site.cfp.org.br/lancamento-do-relatorio-da-inspecao-nacional-em-comunidades-terapeuticas/>. Acesso em: 20 nov. 2024.

DAMAS, F. B. Comunidades terapêuticas no Brasil: expansão, institucionalização e relevância social. **Revista de Saúde Pública de Santa Catarina**, v. 6, n. 1, 31 mar. 2013. Disponível em: https://docs.bvsalud.org/biblioref/2020/12/1140376/comunidades-terapeuticas-no-brasil_expansao-institucionalizaca_8NQp7yT.pdf. Acesso em: 22 out. 2024.

DAL POZ, M. R.; LIMA, J. C. DE S.; PERAZZI, S. Força de trabalho em saúde mental no Brasil: os desafios da reforma psiquiátrica. *Physis: Revista de Saúde Coletiva*, v. 22, n. 2, p. 621–639, jun. 2012. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/physis/a/wydr9wB5Ft46XDr7cGmgGw/?lang=pt>. Acesso em 25 set. 2025.

FERRAZZA, D. A.; ROCHA, L. C. DA. **Sobre a reforma psiquiátrica brasileira: história e âmbitos atuais de luta.** *Barbarói*, p. 274, 12 jul. 2015. Disponível em: <https://seer.unisc.br/index.php/barbaroi/article/view/5690>. Acesso em: 26 set. 2024.

GABRIELLE, J. et al. O olhar e tratamento para o uso de substâncias: uma análise comparativa entre o filme “Bicho de sete cabeças” e as comunidades terapêuticas do Brasil. **Contribuciones a las ciencias sociales**, v. 17, n. 4, p. 6400–6400, 19 abr. 2024. Disponível em: <https://ojs.revistacontribuciones.com/ojs/index.php/clcs/article/view/6400>. Acesso em: 20 nov. 2024.

GUERRA, A. DE L. E R. Metodologias e classificação das pesquisas científicas. *RECIMA21 - Revista Científica Multidisciplinar* - ISSN 2675-6218, v. 5, n. 8, p. 584-585, 16 ago. 2024. Disponível em: <https://recima21.com.br/recima21/article/view/5584>. Acesso em 25 set. 2025.

IPEA. Nota Técnica - março - Número 21 - Diest - **Perfil das Comunidades Terapêuticas**

Brasileiras, 2016 . Disponível em:

https://portalantigo.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=29865. Acesso em: 10 abr. 2025.

KURLANDER, P. **Fatores associados à recidiva e abandono do tratamento de dependentes químicos**: um estudo longitudinal em duas Comunidades Terapêuticas. Tese (Doutorado em Saúde Coletiva), Botucatu: Unesp, 2019. Disponível em:

<https://repositorio.unesp.br/entities/publication/93e51be0-e8fc-473f-8e46-0e61ee0980ee>. Acesso em: 20 out. 2024.

MEIRELLES, B. B.; CARVALHO, J. Comunidade Terapêutica democrática ou nova racionalização de operação do poder psiquiátrico. **Revista Ingesta**, v. 1, n. 1, p. 268–282, 28 mar. 2019. Disponível em: <https://revistas.usp.br/revistaingesta/article/view/151759>. Acesso em: 26 out. 2024.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. **Rede de Atenção Psicossocial (RAPS)**. Disponível em:

<https://www.gov.br/saude/pt-br/composicao/saes/desmad/raps>. Acesso em: 20 nov. 2024.

ODA, A. M. G. R.; DALGALARRONDO, P. História das primeiras instituições para alienados no Brasil. **História, Ciências, Saúde-Manguinhos**, v. 12, n. 3, p. 983–1010, dez. 2005. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/hcsm/a/RHJYmhbjt3DHjHkPt9xy8TK/?lang=pt>. Acesso: 23 set. 2024.

RIGONI, H. H.; CASTRO, V. financiamento das comunidades terapêuticas no Brasil e os modelos de atenção à saúde mental. **JMPHC | Journal of Management & Primary Health Care** | ISSN 2179-6750, v. 15, n. spec, p. e016–e016, 12 set. 2023. Disponível em:

<https://jmphc.com.br/jmphc/article/view/1359>. Acesso em: 26 out. 2024.

SANTOS, A. **Comunidades terapêuticas no Brasil : contornos, funções e objetivos**,

2014. Disponível em: <https://repositorio.ipea.gov.br/entities/publication/4af2d825-b1db-485d-8514-f0a9ca8fced5>. Acesso em: 22 out. 2024.

SANTOS, M. **Comunidades terapêuticas : temas para reflexão**, 2018. Disponível em:

<https://repositorio.ipea.gov.br/entities/book/d630f059-8cdf-4634-99ea-c64a5abe2dfb>. Acesso em: 19 abr. 2025.

SILVEIRA, L. C.; BRAGA, V. A. B. Acerca do conceito de loucura e seus reflexos na assistência de saúde mental. **Revista Latino-Americana de Enfermagem**, v. 13, n. 4, p. 591–595, ago. 2005. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/rlae/a/6FzrspFvBfxKhdzztrqtLZk/?lang=pt>. Acesso em: 24 abr. 2025.

SOMMER, M. **As comunidades terapêuticas - História, evolução e a modernidade no tratamento das dependências químicas**, 2011. Disponível em:

<https://repositorio.grupoautonoma.pt/entities/publication/2e6aac33-2882-4bd4-bb84-dcc4e3da8fca>. Acesso em: 05 abr. 2025.

SOUSA, A. S. DE; OLIVEIRA, G. S. DE; ALVES, L. H. A pesquisa bibliográfica: princípios e fundamentos. **Cadernos da FUCAMP**, v. 20, n. 43, 8 mar. 2021. Disponível em:

<https://revistas.fucamp.edu.br/index.php/cadernos/article/view/2336>. Acesso em: 07 set. 2025